

O que é uma floresta e quando é uma floresta?

Uma reflexão crítica sobre os conceitos usados nos processos internacionais de políticas florestais

Documento do WRM

O que é uma floresta e quando é uma floresta?

Uma reflexão crítica sobre os conceitos usados nos processos internacionais de políticas florestais

Documento do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

Este é o terceiro de uma série de documentos baseados em um artigo mais longo, produzido no período de 2019 a 2021 por Larry Lohmann, membro do comitê consultivo do WRM. O artigo parte de informações obtidas em entrevistas com vários ativistas de base, bem como o comitê consultivo e o secretariado internacional do WRM, e é uma reflexão autocrítica sobre o trabalho passado, presente e futuro do WRM com relação a florestas, desmatamento e a participação da organização em processos, fóruns e iniciativas internacionais de políticas para as florestas. Ele pode ser acessado [aqui](#).

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

Março de 2024

Este trabalho foi possível graças às contribuições de Misereor/KZE (Alemanha), da Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (Sida), através da Sociedade Sueca para a Conservação da Natureza (SSNC), da organização suíça HEKS/EPER e da Swift Foundation, dos Estados Unidos. As visões aqui expressas são o resultado de informações obtidas de diversas fontes acessadas pela organização e não refletem necessariamente a opinião oficial dos colaboradores ou de seus financiadores.



Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

- 📍 Av. Bolivia 1962 bis
- 📍 CP 11400 – Montevidéu, Uruguai
- 📞 Ph.: +598 2605 6943
- ✉️ wrm@wrm.org.uy
- 🌐 www.wrm.org.uy/pt

Índice

Introdução.....	4
O que é uma floresta e quando é uma floresta?	
Uma reflexão crítica sobre os conceitos usados nos processos internacionais de políticas florestais.....	7
Considerações finais.....	22
Referências.....	23

Introdução

Em 2021, o WRM publicou uma autorreflexão crítica sobre o seu trabalho passado, presente e futuro, especificamente sobre sua participação nos processos políticos internacionais relacionados às florestas. Essa reflexão analisou o envolvimento do WRM, assim como o de muitos grupos da sociedade civil, no processo liderado pela ONU sobre as Causas Subjacentes do Desmatamento. Esse processo começou em 1999, como uma iniciativa do Painel Intergovernamental sobre Florestas (PIF) da ONU¹.

Embora esteja voltada ao trabalho do WRM, esta reflexão autocrítica também pode ser de interesse mais amplo para organizações, movimentos e ativistas nacionais e internacionais comprometidos com refletir criticamente sobre as consequências que o envolvimento com processos políticos internacionais pode ter para as lutas sociais nas florestas. Para estimular uma reflexão mais ampla sobre essas questões, o WRM decidiu produzir três documentos mais curtos. O primeiro, centrado nas causas do desmatamento, mostra como, mais de 20 anos após o relatório das Causas Subjacentes de 1999, nenhuma delas foi verdadeiramente enfrentada; na verdade, várias se intensificaram, e novas causas foram acrescentadas à lista. Como resultado, as florestas continuam sendo destruídas em níveis altíssimos. O segundo documento reflete sobre a participação das ONGs nos eventos internacionais de política florestal, questionando: ativistas de base e ONGs devem continuar participando de processos internacionais de formulação políticas florestais para dar recomendações a quem toma as decisões, mesmo que essas recomendações sejam repetidamente ignoradas, como no caso do relatório de 1999 sobre as causas subjacentes? Afinal de contas, a participação das ONGs pode legitimar esses processos.

Este documento é o terceiro da série e se baseia na discussão dos anteriores. Está concentrado em outra dimensão importante da participação em fóruns internacionais de políticas florestais: a linguagem e, especificamente, os conceitos e categorias usados nesses processos. O documento reflete sobre como esses conceitos representam obstáculos ao enfrentamento das causas subjacentes do desmatamento. Essa, argumentamos, é outra razão

pela qual não deveria surpreender que – apesar de inúmeras reuniões e iniciativas internacionais sobre políticas florestais – as florestas continuem sendo destruídas.

Os exemplos desses conceitos supostamente universais incluem floresta, *ecossistema, clima e biodiversidade*; em francês, *forêt, écosystème, climat e biodiversité*; em espanhol, *bosques, ecosistemas, clima e biodiversidade*; em inglês, *forest, ecosystem, climate e biodiversity*, e assim por diante.

O uso desses conceitos costuma passar sem ser questionado, não apenas em espaços internacionais onde se discutem políticas, mas também em muitos outros espaços e documentos onde eles aparecem – incluindo reuniões e materiais de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Esses conceitos aparecem até em nomes de organizações, como o Movimento Mundial pelas *Florestas Tropicais*.

Mas por que esses conceitos são tão problemáticos e por que é importante refletir sobre como seu uso influencia a forma como se discutem o desmatamento e suas causas subjacentes? Porque os conceitos abrem caminho para as soluções que surgem desses processos.

Examinando mais uma vez o caso do WRM: há muito tempo, rejeitamos a definição internacional de florestas da Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) da ONU, porque a FAO define uma floresta como qualquer área coberta por uma determinada quantidade de árvores que crescem segundo um determinado padrão. Para o WRM, uma floresta é muito mais do que um amontoado de árvores. Argumentamos, especificamente, que as comunidades humanas fazem parte de uma floresta. Isso é algo que a organização aprendeu em conversas com os Povos Indígenas e outras comunidades que vivem com *florestas*. No entanto, a principal crítica do WRM à definição de florestas da FAO está relacionada não tanto ao conceito de *florestas* em si, mas ao fato de que essa definição inclui plantações industriais de monoculturas de árvores. O WRM e outros grupos realizaram campanhas e usaram o slogan “plantações não são *florestas*”, reafirmando implicitamente o conceito de *floresta*.

O WRM também percebeu de que vários Povos Indígenas enraizados em territórios *florestais* decidiram não traduzir *florestas* e outros conceitos usados em negociações internacionais sobre políticas florestais e/ou adotar suas próprias definições. Para muitas dessas comunidades, uma *floresta* não é uma entidade fixa que possa ser definida, de forma que tenha sentido para elas, em termos de *cobertura arbórea* ou *sequestro de carbono*, como a FAO e outros atores por detrás dos processos políticos tentam defini-la. Uma definição como a da FAO é incompatível com a compreensão de uma *floresta* como parte de um ciclo transformacional de um território.

Os processos internacionais de formulação de políticas florestais, no entanto, censuraram qualquer definição indígena de *florestas*. Em suas salas de conferências e em seus documentos, não toleram qualquer definição que esteja fora de categorias supostamente universais, como *florestas*, *clima*, *biodiversidade*, *ecossistemas* e assim por diante. Esse monopólio conceitual exclui diretamente conceitos indígenas, os quais são enraizados em realidades que envolvem diferentes cosmologias e, muitas vezes, lutas pela vida que perduram há muito tempo.

De certa forma, os atores por trás dos processos internacionais de política florestal transmitem uma mensagem tácita às comunidades que têm um conceito diferente de florestas: esqueçam-se de sua realidade e de suas lutas. A sugestão de que os membros da comunidade “ocupem seu lugar à mesa” (um slogan comum para pressionar por uma participação mais ampla da comunidade nessas reuniões internacionais de políticas) significa, na verdade, envolver os membros da comunidade em processos que ignoram as suas realidades, que são resultado de um processo histórico específico, geralmente marcado por colonialismo, racismo, patriarcado, genocídio e extração implacável para a acumulação global de capital.

Na verdade, a maioria dos conceitos mencionados acima, senão todos, surgiu desses processos históricos. *Floresta*, por exemplo, é um conceito derivado em grande parte da ciência florestal colonial. E sempre foi contestado, principalmente em nível popular, em situações em que as comunidades que dependem da *floresta* expressaram em seus próprios termos o que é uma floresta.

Em suma, a linguagem nunca é neutra, e certos conceitos que são considerados inofensivos ou até mesmo positivos pelo discurso dominante têm sido usados historicamente – e continuam sendo – para dominar pessoas e territórios.² O texto a seguir destaca a necessidade de se questionar criticamente o discurso internacional sobre política florestal que não apenas usa conceitos como *florestas*, mas também os impõe. Também sublinha a necessidade de compreender, respeitar e considerar outros pontos de vista e conhecimentos sobre o tema, especialmente o dos Povos que dependem da *floresta*.

O que é uma floresta e quando é uma floresta? Uma reflexão crítica sobre os conceitos usados nos processos internacionais de políticas florestais

Vinte e cinco anos atrás, o WRM mais ou menos aceitava sem contestar muitas das categorias centrais com as quais esses fóruns discutem as lutas pelas florestas.

Essas categorias incluem floresta, terra, água, solo, plantação, energia, recurso, população, nação, planta, animal, consumo, produção, biodiversidade, ecossistema, serviço ecossistêmico, demanda, trabalho (remunerado), desenvolvimento, economia, custo, balanço de carbono, clima, impacto climático, mitigação climática, adaptação climática, hectares, safra, produto, tempo (como processo linear), espaço (abstrato), natureza e sociedade (como abstrações), além de muitas outras.

Por exemplo, ao mesmo tempo em que rejeitava firmemente a definição de floresta da FAO por incluir plantações industriais, a Organização tendia a tolerar outras definições comuns que também são derivadas da ciência da engenharia florestal colonial.

Por exemplo, a publicação do WRM, *Pulping the South*, de 1996, definiu uma floresta como um “sistema complexo e autorregenerador, que abrange solo, água, microclima, energia e uma grande variedade de plantas e

animais, em relações recíprocas".³

Essas definições tradicionais não questionavam o contraste capitalista fundamental entre "seres humanos" e "natureza", e floresta e agricultura, mesmo que muitos movimentos e comunidades que dependem das florestas viessem se opondo a essas definições por muito tempo.

Hoje, em parte como resultado de um diálogo mais próximo com Povos Indígenas, camponeses e sindicatos, juntamente com o aprofundamento da desprofissionalização⁴ que veio com esse contato, talvez o WRM esteja começando a entender melhor quais são os problemas desses conceitos.

Pode-se dizer que a Organização entendeu mais sobre o quanto categorias como as da longa lista acima são amplamente contestadas ou colocadas entre aspas, em todo o mundo. Ela se tornou mais consciente de como e onde elas estão sendo desconstruídas ou de por que nunca chegaram a ter muita influência. E provavelmente entende melhor por que isso é relevante para a construção de alianças e a estratégia política.

Talvez mais importante, é provável que o WRM de 2024 esteja mais bem preparado do que o de 25 anos atrás para compreender as implicações da recusa de muitos grupos indígenas, por muito tempo, a considerar as florestas como coisas das quais os seres humanos não fazem parte, e que não fazem parte dos seres humanos.

Em 2016, um artigo no *Boletim do WRM* descreveu uma reunião com uma comunidade huichol em Jalisco, no México, sobre milho, transgênicos, agrotóxicos, ameaças aos territórios e assim por diante.

Durante a reunião, a autora do artigo percebeu, para sua surpresa, que os huichóis usavam a língua espanhola para se referir aos conceitos de *planta* e *animal* porque haviam optado por não os acolher em seu próprio idioma.

O problema das noções de *planta* e *animal*, explicou um membro da comunidade, era que elas excluíam os membros da comunidade. Criar um "equivalente" para essas palavras europeias que fosse facilmente intercambiável em língua huichol, ele sugeriu, seria negar a realidade de que cada ser que um europeu pode classificar como *planta* ou *animal*, assim como qualquer montanha, estrada, panela, fonte ou fogo, é, na verdade,

um sujeito vivo em diálogo com os seres humanos e “faz parte do mesmo contínuo de seres que compõem a comunidade em um território”.⁵

Essas práticas de povos que dependem das florestas constituem uma crítica viva e um contraponto aos fóruns internacionais de políticas e seu compromisso com a criação das unidades intercambiáveis necessárias para, por exemplo, transações comerciais e regulamentação da biodiversidade.

As categorias huichóis, situadas fora de muitas das estruturas do capital industrial, possibilitam um tipo de força política que não pode ser obtida de outra maneira.

Prestar muita atenção a essas práticas também ajuda a revelar o profundo compromisso dos fóruns internacionais de políticas com a censura a outros conceitos radicalmente opostos, como os encontrados na prática huichol.

O WRM já foi cúmplice dessa censura, sem se dar conta. O compromisso atual da Organização, de investigar casos como o dos huichóis, pode ajudar a expor e combater de maneira mais eficaz as exclusões, brutalidades e violências ocultas que formam a estrutura não dita das discussões internacionais oficiais sobre políticas.

Para variar o exemplo, amigos do WRM sabem, há tempo, que a concepção comum de muitos Povos Indígenas e grupos camponeses sobre *floresta* (se é que eles têm uma concepção) não é a de uma entidade fixa a ser definida em termos de cobertura de árvores, biodiversidade ou potencial para sequestro de carbono, e sim como um momento em um ciclo na transformação de um determinado pedaço de terra, que passa do campo ao pousio, depois à mata, e ao campo novamente.

Ou podem vê-lo como uma área de terra, como uma floresta onde enterram seus mortos, mais em termos de uso comunitário ou político do que como algo definido pela biologia ocidental (de forma parecida, a *floresta* era definida no inglês antigo como um campo de caça para as elites, tivesse árvores ou não).

Nesse sentido, uma resposta adequada ao especialista do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) que perguntou se “este pedaço de terra é uma floresta” poderia ser outra pergunta: “Quando?”

Da mesma forma, uma resposta apropriada à pergunta do especialista sobre “como essa floresta deve ser preservada” pode ser mais uma pergunta: “Como podemos descobrir, a partir das comunidades, as melhores maneiras de contribuir para as suas lutas em defesa de suas próprias práticas florestais, incluindo ciclos de vida e meios de vida?”

Obviamente, o WRM sempre respeitou e apoiou essas perspectivas, mas talvez precise integrá-las mais cuidadosamente ao seu pensamento estratégico.

Portanto, embora este documento de discussão tenha começado com a alegação aparentemente óbvia de que o WRM se preocupa com a defesa das florestas, é possível que o compromisso da Organização com as comunidades na base a esteja fazendo percorrer um caminho de reavaliação e redefinição construtiva dessa mesma missão.

Em outras palavras, o conceito de *floresta* pode precisar de reconsideração estratégica, não apenas porque faz parte do nome do WRM, mas também porque sua história política, assim como a história política do *clima*, é um pouco diferente da de outros termos que aparecem frequentemente em discussões internacionais, como *mineração* ou *dendê*.

Um aspecto positivo da palavra *mineração* é que é difícil falar sobre ela sem falar sobre mineradoras, concorrência entre empresas, subsídios e acumulação de capital, bem como daquilo que se opõe à acumulação.

Como forma de definir uma crise, o termo *floresta* – como o WRM costumava usá-lo – é mais vago, mais disputado e mais escorregadio.

A palavra deixa menos margens claras para a discussão sobre grandes empresas, Estados e causas subjacentes. Na definição hegemônica, *floresta* quer dizer *árvore*s e, portanto, uma crise florestal se torna uma crise de árvores. Qualquer pessoa ou qualquer coisa que pareça estar prejudicando árvores pode ser considerada igualmente culpada.

Empresas do setor de papel, como a Kimberly-Clark, ou do agronegócio, como a Monsanto, certamente podem ser responsabilizadas, mas o mesmo se aplica a qualquer agricultor que limpe a terra para um cultivo de corte-e-queima ou a um microrganismo que cause doenças na casca das árvores.

O tópico de discussão passa a ser a árvore global, em vez de a empresa global. E quem decide qual é essa árvore global são os especialistas em silvicultura. Os participantes de fóruns internacionais de políticas sobre florestas tendem a ceder a esse viés tecnocrático de uma maneira que provavelmente não acontece com os participantes de fóruns sobre mineração.

O mesmo ocorre nas conferências internacionais sobre mudança climática das quais o WRM sempre se sentiu pressionado a participar.

Lá, muitas vezes, quem fala é o especialista em movimentos das moléculas de dióxido de carbono e direção das correntes oceânicas, enquanto o militante com conhecimento prático, de base, sobre o agronegócio ou a Chevron, ou sobre uso que o capital faz das máquinas para controlar a mão de obra, tem que ir para o fundo da sala e se limitar a ouvir. Supostamente, seu conhecimento não é “sobre o *clima*”, da forma em que os especialistas definem *clima*.

Não se trata, fundamentalmente, de terminologia. Tentar ouvir uma conversa entre as vozes de diferentes comunidades que dependem das florestas, como o WRM tenta fazer cada vez mais, é se colocar no meio de um processo histórico abrangente e contínuo de conflito político fundamental, e tomar partido. Conceitos estabelecidos, como *floresta*, *hectare*, *recurso*, *ecossistema*, *consumo*, *biodiversidade*, *nação* e *clima* sempre foram contestados, principalmente nas comunidades, em contextos rurais.⁶

Quanto mais essas vozes da base são ouvidas com atenção, mais vai ficando claro que os desafios que elas representam raramente podem ser considerados, do ponto de vista estratégico, como “recomendações de políticas” ou “alternativas” adaptadas ao formato dos fóruns oficiais internacionais.

Essas vozes tampouco oferecem as respostas que especialistas profissionais gostariam de ouvir às suas perguntas.

Nenhuma definição de desmatamento ou degradação florestal, biodiversidade, incêndio florestal ou clima, que antes se considerava como dada, pode sair ilesa desse processo educativo.

Consequentemente, se o WRM fizesse hoje uma nova versão de *Abordar as causas subjacentes*, certamente teria que incluir um reexame de suas próprias preconcepções sobre o que é natureza.

Para a Organização, como para todo mundo, a escolha de *a quem se fala* influencia *aquilo de que se fala*.

Apenas substituir os *termos floresta, hectare, ecossistema ou clima*, oriundos da silvicultura colonial, por “terminologia alternativa” também não vai resolver. As comunidades florestais que tentam enfrentar o colonialismo de extração de recursos fortalecido de hoje em dia não existem para fornecer peças de reposição às estruturas modificadas da acumulação neoliberal de capital. Por que o WRM deveria se apressar em adotar novas palavras de ordem, como *floresta comunitária, buen vivir* ou *indenizações ecológicas*, se essas expressões acabam sendo tratadas como nada mais do que ferramentas retóricas acabadas e prontas para uso?

Normalmente, quando conversam com o WRM, as comunidades de base não falam de uma teoria com a qual estão pedindo que a Organização “concorde”, que pregue, internacionalize, “amplie” ou transfira para contextos diferentes, como as teorias do “ajuste estrutural” promovidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) ou pelo Banco Mundial.

Sem dúvida, o que essas comunidades expressam está mais próximo de um convite para que o WRM se veja como parte de várias histórias inacabadas.

Contar essas histórias exige respeito pelas lutas das comunidades, além de reconhecimento e estudo cuidadoso de seus opositores. Tomando emprestadas as palavras do líder indígena equatoriano Yaku Perez, é preciso entender que a “resistência é a própria vida”.

Tentando esclarecer essas questões, uma ativista equatoriana dá o exemplo dos diálogos que ocorrem constantemente entre os diferentes movimentos sociais da América Latina.

Em sua visão, não importa quem participe desses diálogos (mulheres indígenas de zonas rurais, sem educação formal, intelectuais urbanos, ativistas sindicais ou quem quer que seja), nem qual venha a ser o tema escolhido para o dia (ecologia, feminismo, direitos da natureza) ou mesmo

algum conceito da ONU, como “desenvolvimento sustentável”): na mente de todos está sempre a experiência comum do continente, de 500 anos sob colonialismo, genocídio e extração implacável.

Sem exceção, o ponto principal das conversas e investigações coletivas que resultam daí é uma pergunta tão obviamente onipresente que não precisa ser mencionada em voz alta: quem somos nós, como latino-americanos. O que faremos com a nossa história, um passado colonial, racista e patriarcal, que – adaptando uma frase do discurso do escritor estadunidense William Faulkner ao receber o Prêmio Nobel – não apenas não está morto, mas nem passado é?

Um movimento na América Latina que, em certos momentos, enfrenta o desmatamento ou a mudança climática não deriva seu sentido ou sua força do fato de ser um caso especial em um ambientalismo mundial genérico, não mais do que uma mulher negra que enfrente a violência patriarcal pode ser representada por um homem negro ou por uma mulher branca, ou por um comitê que incluísse a ambos.⁷

Na verdade, o desmatamento e a mudança climática *em si* – para não falar dos mercados de serviços ecossistêmicos ou do consentimento livre, prévio e informado – não podem ser definidos de maneira tão genérica, assim como a violência patriarcal específica que as mulheres negras sofrem não pode ser definida por homens negros ou mulheres brancas.

“Formular o passado em termos históricos”, escreveu o filósofo alemão Walter Benjamin em 1940, quando fugia dos nazistas, “significa apropriar-se de uma memória enquanto ela aparece momentaneamente em uma situação de perigo”.⁸ Na maioria das lutas em defesa das florestas com as quais o WRM se envolve, essas histórias estão sempre prontas para aparecer na mente. Por exemplo, para muitas comunidades em Camarões, Libéria, Guiné, Serra Leoa, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Congo-Brazzaville, Gabão, Gana, Nigéria e Uganda, os projetos de plantações industriais de dendê de hoje em dia são apenas “mais uma rodada de ocupação colonial”.⁹

As terras dos moradores das aldeias lhes são tiradas, geralmente por meio de força ou manipulação, sem consulta nem consentimento. Os agricultores, principalmente as mulheres, não conseguem mais cultivar seus alimentos nem produzir seu próprio óleo, e são assediados e espancados pelos guardas das empresas, que os acusam de roubar dendê dessas plantações. Árvores nativas com valor comercial são cortadas, e a água é poluída como no início do século XX, por figuras como o filantrópico lorde inglês Leverhulme (abaixo), coininstigador de uma campanha de terror no Congo, que tomou as terras onde havia dendezeiros usados pelas comunidades e transformou florestas imensas em plantações baseadas em trabalho forçado.



Hoje, as comunidades que vivem próximo e dentro das plantações que foram da Unilever (a empresa que ainda leva o nome de Lorde Leverhulme) – agora presenteadas a outras empresas nacionais, bem como internacionais – permanecem entre as mais pobres da África.

E o pacote como um todo continua “encoberto pela narrativa de uma missão para ajudar a África, exatamente como no período colonial”.¹⁰

Além disso, o que “aparece” em cada um desses momentos de perigo representados por grandes empreendimentos industriais de dendê na África Ocidental e Central não se resume a memórias, sendo também consciência do espaço.

Um agricultor indígena nas colinas do norte da Tailândia talvez vivencie uma floresta não tanto como um conjunto de árvores e biodiversidade inventariado em um determinado momento, e mais como uma etapa de uma longa história que envolve periodicamente conexões com lugares distantes. Da mesma forma, é provável que a luta de uma comunidade contra uma plantação industrial de dendê na África esteja ligada tanto ao passado remoto quanto ao futuro distante, e a regiões longínquas. As empresas do agronegócio que hoje impulsionam a nova apropriação de terras africanas são provenientes não apenas de antigos centros coloniais europeus, como Bélgica (SIAT) e Luxemburgo (SOCFIN), mas também de zonas anteriormente colonizadas de um sudeste asiático ainda mais remoto (Wilmar, Sime Darby, Golden Agri).

Esse é um Sudeste Asiático que possui, ele próprio, a marca sangrenta de plantações de dendezeiros trabalhadas por mão de obra quase escrava, e que hoje continua a misturar massas de trabalhadores migrantes baratos, tratados brutalmente, com enormes extensões de terra barata e também tratada com brutalidade, desta vez para produzir agrocombustíveis para a nova “economia verde”.

Em resumo, ao contrário do que supõe a mitologia comum das lutas puramente “locais”, à qual até o WRM infelizmente ainda recorre, as lutas populares africanas contra o capitalismo do óleo de dendê não estão mais restritas a locais específicos, assim como já não se limitavam a momentos específicos.

E elas não consideram a si mesmas dessa forma.

Tampouco são tratadas dessa forma por, digamos, organizações e empresas internacionais que devem gastar inúmeras horas “locais” nos escritórios de Washington ou Bruxelas desenvolvendo estratégias para contê-las.

A atual luta contra as plantações da SOCFIN, por exemplo, não é um combate a forças “globais” abstratas por parte de vítimas meramente “locais” (como o WRM poderia ter expressado em 2000).

Ela não está sendo travada por pessoas incapazes de “agir globalmente”, exceto quando participam de redes da RSPO (Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável) ou de REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal).

Trata-se, isso sim, de uma luta *intrinsecamente* global. Desde o início, era uma continuidade em relação a, por exemplo, a resistência histórica aos esforços do Banco Mundial de cooperação com a SOCFIN, articulados a partir de Washington, entre 1970 e 1990, para renovar e reforçar as relações de propriedade de terras da era colonial na região.

Esses aspectos “globais” da luta não podem ser reduzidos a uma batalha por “direitos humanos” ou a um “direito universal ao consentimento livre, prévio e informado”, nem a outras causas dignas, como “biodiversidade”, “zonas úmidas” ou “florestas”.

Se as comunidades que enfrentam as plantações industriais de dendê na África e no sudeste da Ásia falarem umas às outras e pelas outras, é provável que isso se dê menos com base nessa característica do que nas experiências interconectadas de colonialismo, racismo, patriarcado e resistência.

Em outras palavras, se os movimentos em defesa das florestas citam o colonialismo, o racismo, o patriarcado ou coisas do tipo, não é para acrescentar alguns floreios retóricos ao relato básico de uma luta por algumas árvores e pedaços de terra.

Não se trata meramente de insistir para que os “aspectos sociais associados” dos conflitos ambientais não sejam esquecidos.

Não é apenas questão de sugerir que as economias africanas baseadas no óleo de dendê de 2024 sejam análogas às de 1924 ou que compartilhem uma linha do tempo histórica.

Além disso, trata-se de reforçar a ideia de que a atual indústria de óleo de dendê na África “é construída, literalmente, nas costas dessa história

brutal".¹¹ Os subsídios que ela deriva de um passado colonialista e racista se traduzem, todos os dias, em dinheiro vivo entrando em contas correntes.

Portanto, mais uma vez, esse passado não apenas não está morto, mas nem passado é.

Por exemplo, o precário negócio de azeite de dendê da Feronia-PHC na República Democrática do Congo (apoiados até muito recentemente pelo Commonwealth Development Corporation, ou CDC Group, da Grã-Bretanha, uma empresa estatal que já se chamou, no passado, Corporação *Colonial* para o Desenvolvimento) simplesmente não se sustentaria do ponto de vista econômico se não ocupasse terras com florestas que foram roubadas de comunidades ao longo do rio Congo, durante a ocupação colonial belga entre 1908 e 1960.

O mesmo se aplica ao REDD+.

O REDD+ não teria como prometer unidades substitutas patenteadas e baratas de regulação da poluição de carbono para venda ao Norte industrializado se não recebesse subsídios oriundos de relações de dominação colonial passadas e presentes.

Essas relações continuam sujeitando as populações rurais a forças policiais e militares brutais, como fica claro, por exemplo, em mortes recentes em Uganda e Quênia.¹²

Em resumo, não é tão fácil extrair conceitos analíticos, como *colonial*, da análise ecológica sobre a degradação florestal na África sem perder de vista os fatores subjacentes ao fenômeno como um todo.

Da mesma forma, não é tão fácil menosprezar as revoltas contra decretos que eliminam os subsídios aos combustíveis fósseis no Equador e na França como sendo "antiecológicas" quando se leva em conta o impulso antiecológico geral das políticas neoliberais às quais esses decretos pertencem.

A questão aqui é que nunca houve muito espaço para esse tipo de senso comum nos fóruns internacionais sobre política florestal.

A crença central que define a agenda de quase todos os fóruns desse tipo é ainda mais forte por não ser explícita: esqueça Colombo, Leverhulme, a Texaco, a Aracruz, o Plano de Ação para a Silvicultura Tropical (TFAP), a hidrelétrica de Pak Mul. Eles nunca existiram.

E se existiram, fazem parte de um passado que está morto ou de algum lugar distante que não tem nada a ver conosco ou que não seria de bom tom mencionar.

Afastemo-nos desses cadáveres fétidos, essa é a ideia.

Não os mencionemos jamais, nem aos processos de colonialismo, racismo, patriarcado e acumulação de capital global que eles representam.

Vamos fingir que essas questões não precisam ser levantadas.

Ou que já as resolvemos com nossas “políticas de gênero” e “mecanismos participativos”.

No lugar delas, falemos apenas sobre futuros desprovidos de pessoas, em lugares genéricos.

Não é à toa, por exemplo, que o Banco Mundial tem a política não oficial, mas explícita e assumida, de que, “ao se conceberem novas operações, as lições da experiência passada” devem ser “ignoradas, como regra geral”, em favor de promessas otimistas sobre um futuro totalmente teórico.¹³

Não é à toa que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) deixou de mencionar, durante mais de 25 anos, o nome de uma única empresa de petróleo, nem se lembra de qualquer histórico global de extração de carvão ou gás.

Não é à toa que a Convenção da Biodiversidade (CBD) nunca discute pontos de inflexão na história da natureza, e fala apenas de uma espécie humana imutável e imaginária que está, sempre e em toda parte, em guerra com a natureza, e cujas características, como a necessidade urgente de energia, são representadas como eternas.

E não é à toa que a Aliança pelas Soluções Naturais para o Clima (*Natural Climate Solutions Alliance*) nunca se refere aos fracassos do REDD+ e do

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

E isso se aplica não apenas ao Banco Mundial, à CDB, à UNFCCC, ao Fórum Econômico Mundial, ao Programa da ONU para o Meio Ambiente, ao Programa da ONU para o Desenvolvimento, ao Fórum da ONU sobre Florestas, a FAO, UN-REDD (Programa da ONU para o REDD), RSPO (Mesa Redonda sobre o Dendê Sustentável), RTSS (Mesa Redonda sobre a Soja Sustentável), FSC (Conselho de Manejo Florestal), GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit), ao Centre for International Forestry Research e ao Consultative Group for International Agricultural Research.

Também se aplica, e muito, a ONGs internacionais como *Forest Trends*, *Forest Dialogue*, *Conservation International*, *The Nature Conservancy*, *Environmental Defense Fund*, WWF, Greenpeace e várias outras.

A questão não é apenas que essas organizações e os fóruns de políticas que elas patrocinam censurem inúmeros nomes próprios.

Nem o fato de tentarem amputar as conexões vivas que as lutas populares mantêm com seu passado profundo e seus entornos mais amplos.

Não é apenas o fato de tentarem enfraquecer os movimentos sociais, retratando-os como “meramente locais e tradicionais”, enquanto imaginam a si próprias como “universais e não tradicionais”.

A questão também é que elas não conseguem nem situar a *si próprias* dentro dos contextos de seu passado e de suas conexões globais.

Nesse sentido, as organizações mencionadas acima diferem bastante dos movimentos com os quais o WRM trabalha.

Como afirma um ativista indonésio, a “recusa persistente” de muitos povos que dependem da floresta às tentativas dessas organizações de cooptá-los tende a se basear em uma visão profunda e oposta de como a vida se reproduz, bem como, muitas vezes, em um “sentido vivenciado de coidentificação com as florestas”.¹⁴

Da mesma forma, as alianças que lutam contra a empresa de plantações de dendezeiros SOCFIN diferem das muitas ONGs urbanas por não ter opção a não ser se levar a sério como atores em um tempo e um espaço profundos.

E os aldeões de Maharashtra, na Índia, mencionados por outro entrevistado para este relatório, se esforçam obstinadamente, a um custo considerável, para reconhecer em si mesmos legados históricos e institucionais formidáveis que lhes dão forma, como condição para enfrentá-los.

Enquanto isso, ao seguir os passos dos ancestrais, os militantes que são falantes nativos das línguas quéchua e aimará nos Andes sul-americanos sempre situaram seu conhecimento linguístico do passado “diante” de si, enquanto um futuro desconhecido permanece fora de seu campo de visão, “atrás”, e o transformaram em um slogan político em espanhol, que é provocativo em um sentido autoconsciente: *el pasado está adelante* (o passado está à frente).¹⁵

Por outro lado, organizações como FMI (Fundo Monetário Internacional), UN-REDD ou Environmental Defense Fund, ao adotar a política oficial de se isolar de sua própria história e seus vínculos espaciais, não conseguem levar *a si próprias* a sério.

São incapazes de considerar seriamente a perda de florestas ou a si mesmas como produtos de processos históricos que incluem o desmatamento.

A descrença cínica que essas organizações demonstram em relação às suas próprias reservas de tigres, usinas hidrelétricas gigantescas, mercados de carbono e agências de certificação, todos absurdos, em nada muda o fato de que elas realmente passam pelo menos oito horas por dia trabalhando nessas Disneylândias.¹⁶

Sendo assim, levar a sério organizações como o Banco Mundial ou a Conservation International seria, por si só, pouco sério. Como o WRM vai se relacionar com essa falta de seriedade?

Como observa a ativista equatoriana, questões semelhantes se repetem quando redes internacionais bem-intencionadas, dominadas pelo Norte, tentam transformar o trabalho realizado por movimentos do Sul, emergentes e divididos internamente em torno (por exemplo) do *buen vivir* ou de “direitos da natureza”, em “alternativas” simples e prontas para fazer campanhas em todo o mundo.

Será que os parceiros europeus ou norte-americanos nessas redes

conseguem entender a inserção desses movimentos em 500 anos de conflitos em torno do colonialismo?

Conseguem captar a natureza não fixa e fluida desses movimentos?

Ou os descontextualizarão em pedaços mumificados de texto isolado, a ser inseridos em agendas internacionais variadas?

E será que os ativistas do Norte – incluindo os que têm uma postura simpática ao WRM – conseguem entender como eles próprios serão vistos no Sul global se agirem assim?

Ao fazê-lo, será que conseguem aprender a considerar a *si próprios* como europeus ou norte-americanos, em vez de agir como agentes desprovidos de raízes, que transmitem as mais recentes mensagens corretas e universais? E se não conseguem, como o WRM pode interagir com eles?

Considerações finais

Milpa é uma palavra mexicana muito usada na Mesoamérica, que significa um pedaço de terra agrícola onde as pessoas plantam milho e muitas outras culturas. Mais do que apenas um campo, uma *milpa* é um sistema de cultivo para uma comunidade próspera; é um modo de vida.

Há um ditado mexicano que diz: "pode-se ver o mundo a partir da *milpa*". Mas será que a ONU, a FAO e outras organizações que participam de fóruns internacionais de formulação de políticas veem e compreendem a *milpa*? Com base na reflexão deste documento, a resposta é não. De seus escritórios internacionais, elas não veem realmente a milpa, o que significa que também não compreendem o mundo.

Portanto, talvez a principal lição a tirar da reflexão deste documento seja que, para compreender o mundo a partir da *milpa*, é preciso estar disposto a virar as coisas de cabeça para baixo. Isso implicaria conhecer e compreender como as pessoas vivem, suas lutas e as causas do desmatamento – com a milpa influenciando as políticas da ONU, da FAO e do Banco Mundial, e não o contrário.

Para organizações como o WRM – que procuram fortalecer a atuação conjunta com as comunidades de base e as suas lutas, e que estão habituadas a falar sobre florestas, clima, etc, isso tem várias implicações. Primeiro, significa estar aberto e respeitar a ampla diversidade de conceitos que usados pelas bases, em vez de conceitos como florestas, biodiversidade, etc. Mas também significa estar aberto a diferentes tipos de interações com um outro mundo, melhor dizendo, uma diversidade de outros mundos. E esses mundos não apenas se recusam a usar conceitos com os quais estamos familiarizados; eles têm uma concepção de vida diferente, com regras básicas diferentes das que nós conhecemos.

O artigo mais longo no qual este documento se baseia (e em particular, seu capítulo final intitulado "Diferentes compromissos significam diferentes abordagens para a compreensão de si mesmo") continua refletindo sobre esses mundos diversos e as suas implicações para o WRM e outros grupos em seu compromisso de apoiar as lutas sociais na floresta.

Referências

- 1 FAO, *Going to the roots: Addressing the underlying causes of deforestation and forest degradation*, <https://www.fao.org/3/XII/MS12B-E.htm>
- 2 Boletim WRM, *Uma lista (inacabada) de conceitos que matam florestas*, janeiro 2020 <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/uma-lista-inacabada-de-conceitos-que-matam-florestas>
- 3 Ricardo Carrere e Larry Lohmann, *El papel del Sur. Plantaciones forestales en la estrategia papelera internacional*, Londres: Zed, 1996, p. 10.
- 4 Ivan Illich, *Medical Nemesis: The Expropriation of Health*, New York: Pantheon, 1982.
- 5 Silvia Ribeiro, *Das compensações de biodiversidade à engenharia de ecossistemas: novas ameaças a comunidades e territórios*, Boletim WRM 227, novembro/dezembro 2016, <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/das-compensacoes-de-biodiversidade-a-engenharia-de-ecossistemas-novas-ameacas-a-comunidades-e-territorios>
- 6 Lohmann, L; Hildyard, N., *Energy, Work and Finance*, The Corner House, março de 2014 <http://www.thecornerhouse.org.uk/resource/energy-work-and-finance>
- 7 Kimberle Crenshaw, *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*, Stanford Law Review 43 (6), 1991, pp. 1241-1299.
- 8 Walter Benjamin, *Theses on the Philosophy of History*, VI, 1940.
- 9 Alianza contra las plantaciones industriales en África occidental y central, *Comunidades africanas luchan contra el acaparamiento de tierras para el cultivo de palma aceitera*, GRAIN e WRM, setembro de 2019, p. 6 <https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/comunidades-africanas-luchan-contra-el-acaparamiento-de-tierras-para-el-cultivo-de-palma-aceitera>; veja também Boletim WRM, *República Democrática do Congo (RDC): comunidades se mobilizam para se libertar de um século de plantações coloniais de dendê*, julho 2016. <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/republica-democratica-do-congo-rdc-comunidades-se-mobilizam-para-se-libertar-de-um-seculo-de-plantacoes>
- 10 Ibid., p. 7.
- 11 Ibid.
- 12 <https://www.redd-monitor.org>
- 13 World Bank Quality Assurance Group, Portfolio Improvement Program, "Portfolio Improvement Program: Reviews of Sector Portfolios and Lending Instruments: A Synthesis" (proposta de relatório interno), 22 de abril de 1997, p. 15
- 14 Hendro Sangkoyo, comunicação pessoal, abril de 2020.
- 15 Compare Silvia Rivera Cusicanqui, *Sociología de la imagen: Miradas ch'íxi desde la historia andina*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015 e Nick Estes, *Our History is the Future: Standing Rock versus the Dakota Access Pipeline, and the Long Tradition of Indigenous Resistance*. London: Verso, 2019.
- 16 Slavoj Zizek, *First as Tragedy, Then as Farce*, London: Verso, 2009; Zizek, *For They Know Not What They Do*, London: Verso, 2008; Japhy Wilson e Manuel Bayón, *La Selva de los Elefantes Blancos. Megaproyectos y Extractivismos en la Amazonía Ecuatoriana*, Quito: Abya Yala; Wilson and Bayón, *Fantastical Materializations: Interoceanic Infrastructures in the Ecuadorian Amazon*, Environment and Planning D 35 (5), 2017, p. 836-54; Michel Callon, ed., *The Laws of the Markets*, Oxford: Wiley-Blackwell; 1998; Timothy Mitchell, *Rule of Experts: Egypt, Technopolitics, Modernity*, Berkeley: University of California Press, 2002; Petter Holm, *Which Way Is up on Callon?*, in Donald MacKenzie, Fabian Muniesa e Lucia Siu, orgs., *Do Economists Make Markets?*: On the Performativity of Economics, Princeton: Princeton University Press, 2008; Donna Haraway, *Primate Visions: Gender, Race and Nature in the World of Modern Science*, New York: Routledge, 1990; Larry Lohmann, *Missing the Point of Development Talk: Reflections for Activists*, 1998, <http://www.thecornerhouse.org.uk/resource/missing-point-development-talk>

